

Cadernos **IHU** *ideias*



ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
Ano 16 • n° 276 • vol. 16 • 2018



Uma crítica filosófica à teoria da Sociedade do Espetáculo em Guy Debord

Atilio Machado Peppe

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Uma crítica filosófica à teoria da Sociedade do Espetáculo em Guy Debord

A Philosophical Critique of the Society of the Spectacle in Guy Debord

Resumo

A teoria da Sociedade do Espetáculo do destacado filósofo francês Guy Debord nas insurreições do Maio de 68 é uma ousada tentativa contemporânea de atualização da crítica marxiana de superação revolucionária do capitalismo. Tal sistema imerso na superabundância de mercadorias teria se tornado imensa acumulação de espetáculos mediada por uma cultura alienante de consumidores passivos. Debord aposta na consciência revolucionária de pequenos conselhos operários independentes para contrarrestar as representações espetaculares. Mas, ao superestimar o poder revolucionário desses grupos, revelam-se pressupostos filosóficos que a crítica filosófica inspirada em Lima Vaz considera ineficazes em face de uma crise civilizacional complexa cuja superação exige uma práxis ético-política fundada nas sabedorias do Bem Viver.

Palavras-chave: Sociedade do espetáculo; Marxismo; Crítica filosófica; Transformação civilizacional; Bem Viver.

Abstract

The theory of the Society of the Spectacle of the outstanding French philosopher Guy Debord in insurrections of May 1968 is a daring contemporary attempt to update the Marxian critique of revolutionary overcoming of capitalism. Such a system immersed in the overabundance of goods would have become immense accumulation of spectacles mediated by an alienating culture of passive consumers. Debord bets on the revolutionary consciousness of small independent workers councils to counteract spectacular representations. But by overestimating the revolutionary power of these groups, philosophical assumptions are revealed that the philosophical critique inspired by Lima Vaz considers ineffective in the face of a complex civilizational crisis whose overcoming requires an ethical-political praxis based on the wisdom of the Well Live.

Keywords: Society of the spectacle; Marxism; Philosophical Criticism; Civilizational transformation; Well Live.

Cadernos
IHU *ideias*

**Uma crítica filosófica à teoria
da Sociedade do Espetáculo
em Guy Debord**

Atilio Machado Peppe

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP- São Paulo

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
ano 16 • nº 276 • vol. 16 • 2018

 UNISINOS

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS 

Cadernos IHU ideias é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor: Pedro Gilberto Gomes, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo: Jacinto Schneider

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XVI – Nº 276 – V. 16 – 2018

ISSN 1679-0316 (impresso)

ISSN 2448-0304 (online)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial: MS Rafael Francisco Hiller; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Faggion; Prof. Dr. Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Kilpp, Unisinos, doutora em Comunicação.

Responsável técnico: MS Rafael Francisco Hiller

Imagem da capa: hug-2709639_1920 (pixabay)

Revisão: Carla Bigliardi

Editoração: Gustavo Guedes Weber

Impressão: Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003) - . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- .
v.
Quinzenal (durante o ano letivo).
Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.
Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).
ISSN 1679-0316
1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.
CDU 316
1
32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467
Email: humanitas@unisinos.br

UMA CRÍTICA FILOSÓFICA À TEORIA DA SOCIEDADE DO ESPETÁCULO EM GUY DEBORD*

Atilio Machado Peppe**

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP- São Paulo

Este estudo não pretende fazer uma abordagem especializada da “sociedade do espetáculo” teorizada pelo pensador francês Guy Debord (1931-94)¹ com base na ampla bibliografia que circunda a produção daquele autor. Nosso objetivo é caracterizar as grandes linhas da teoria debordiana da sociedade do espetáculo e articular uma crítica filosófica dos seus pressupostos inspirada no arcabouço filosófico de Henrique Cláudio de Lima Vaz², bem como prospectar uma alternativa filosófico-política mais consistente e factível.

* Artigo elaborado a partir de nossa monografia para o curso de “História da Filosofia I: Ideologia, Mercadoria, Espetáculo” ministrado no 2º semestre de 2015 pelo Prof. Dr. Antonio José Romera Valverde na Pós-Graduação de Filosofia da PUC-SP.

** Doutorando do Programa de Pós-Graduação do Depto. de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo, SP, Brasil; bolsista de Bolsa CAPES. Graduado em Filosofia na Faculdade dos Jesuítas RJ, graduado em Economia na PUC-SP e mestre em Ciência Política pela USP. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) em exercício na SRTE-SP. Email: atiliomp@uol.com.br.

1 DEBORD, Guy – *A sociedade do espetáculo*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2ª reimpressão, tradução Estela dos Santos Abreu, 1997, 237 pp. Editada na França em 1967, é a obra mais conhecida deste pensador e cineasta francês, destacado integrante dos movimentos *Internacional Letrista* e *Internacional Situacionista*. Seus textos, sobretudo *A sociedade do espetáculo*, estiveram dentre as principais referências teóricas dos ativistas das célebres manifestações do Maio de 1968 e seus posteriores desdobramentos.

2 O filósofo jesuíta brasileiro Henrique Cláudio de Lima Vaz (1921-2002) possui vasta produção publicada, com um pensamento filosófico sistemático em profundo diálogo com a modernidade de nosso tempo e os expoentes da história da filosofia ocidental, incluindo Hegel, e Marx. Na conturbada primeira metade dos anos 60 atuou fortemente no Brasil como assessor intelectual da JUC – Juventude Universitária Católica e a primeira AP – Ação Popular.

1. Objetivos e estilo da obra de Guy Debord

Francisco José Soares Teixeira, professor de economia política da Universidade Estadual do Ceará - UECE, publicou em 2008 uma resenha³ da tese de doutoramento defendida em 2005, na PUC-SP, por João Emilianio Fortaleza de Aquino sob o título *Reificação e Linguagem em André Breton e Guy Debord*. Abre sua resenha com a assertiva de que a referida obra de Debord é uma teorização madura da racionalidade intrínseca da configuração contemporânea do capitalismo. A “categoria de espetáculo traduziria uma nova forma de manifestação do fetichismo da mercadoria”⁴ absolutamente central no pensamento de Karl Marx condensado no primeiro volume de *O Capital*. Mais do que isso, a tese de João Emilianio assegura que a categoria espetáculo “amplia o conceito marxiano do fetichismo da mercadoria para dar conta do processo de reificação das relações culturais”⁵.

Evidencia-se o fato de que o livro de Debord carrega a pretensão de atualizar a análise fundamental do capitalismo contida na obra maior de Marx, *O Capital*, “no sentido de retirar do conjunto de sua apresentação novas categorias para analisar os novos fenômenos do capitalismo contemporâneo”⁶. Conforme a tese primacial de Debord,

Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos [parafrazeando Marx quanto à “imensa acumulação de mercadorias” típica da primeira e segunda revolução industrial]. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação.⁷

O “Prefácio à 4ª edição italiana de *A sociedade do espetáculo*”, publicado em edições de 1979, revela bem a finalidade instrumental dada à obra por Debord, uma verdadeira arma teórica de crítica social estratégica para as lutas do seu movimento *Internacional Situacionista* (IS) durante os anos imediatamente anteriores e posteriores às famosas insurreições do *Mai de 68*⁸.

3 TEIXEIRA, Francisco José Soares – “Contradições e tensões na sociedade do espetáculo: uma leitura do texto de Emilianio Aquino, *Reificação e Linguagem em Guy Debord*”, Fortaleza, Revista de Filosofia Kalagatos, UFCE, v. 5, n. 9, Inverno 2008, pp. 209-237.

4 Ibid. TEIXEIRA, 2008, p. 210.

5 Ibid. TEIXEIRA, 2008, pp. 211 e 210.

6 Ibid. p. 211.

7 Ibid. DEBORD, 1997, p. 13, aforismo 1.

8 De greve geral reprimida violentamente, as insurreições do *Mai de 68*, inicialmente estudiantis e na França, logo tomam a dimensão de um acontecimento revolucionário singular que mobilizou múltiplos segmentos sociais contra a velha sociedade, portador de questionamentos contundentes em vários campos, tais como educação, economia, sistema político, sexualidade etc.

A partir do início dos anos 50 dará vazão às suas inquietações através de um misto de aventura estética e revolucionária: passagem rápida pela chamada *Internacional Letrista* na qual chegou a se animar com o potencial de revolta que via no dadaísmo e no surrealismo. Cultivavam a finalidade de “perder-se” (ficar à deriva) em pontos estratégicos de grandes cidades europeias abrindo espaços de contestação política, cultural e ideológica contra o sistema dominante. Desde a adolescência nos anos 40 Debord já se via imerso numa geração de jovens maltratados pela vida ao modo de “*les enfants perdus*” parisienses⁹.

Em seguida, lidera a IS fortemente inspirado em alguns intelectuais do “marxismo ocidental” críticos do totalitarismo soviético e chinês¹⁰. A IS foi o movimento fomentado durante quinze anos (1957 a 1972) por aquele pequeno grupo de intelectuais militantes, em torno de quinze participantes, dos quais Guy Debord foi o mais destacado.

Debord empreende a obra em exame com um gênero literário distinto da prosa acadêmica sistemática das obras de Marx. Adota um exótico **estilo aforístico** enfeixado por 221 aforismos¹¹ em forma de parágrafos numerados. Mais tarde, enriquece a obra com o Prefácio à 4ª edição italiana, de 1979 (pp. 143-163).

Parece evidente que o estilo aforístico da obra também corresponde a uma tática contra leitores perigosos para a segurança dos grupos insurgentes. O autor considerava melhor para esse tipo de condenação teórica à ordem das coisas “não caber em nenhuma categoria da produção intelectual que a sociedade dominante ainda aceita levar em consideração”, já que pretende fazer o “descontentamento geral das pessoas” agravar-se e chegar “à exasperação”, a partir da qual todos os tipos de retaliação provenientes da contrarrevolução seriam possíveis¹².

2. A teoria debordiana da Sociedade do Espetáculo

É patente que o pensamento marxiano se firma sobretudo “pela construção dos conceitos de alienação, ideologia e mercadoria” – especialmente na primeira parte de *A Ideologia Alemã* (Marx-Engels) e, de

9 “Vivemos como crianças perdidas nossas aventuras incompletas” é a frase final do filme vanguardista sem imagens, com 27 minutos de duração, que Debord produziu em 1951.

10 Destacadamente, pela influência que teve sobre a formação marxista de Debord, o filósofo, esteta e crítico literário húngaro György Lukács (1885-1971), que terá sua obra principal *História e Consciência de Classe* lançada em 1923 e publicada na França em 1960.

11 Segundo o dicionário Houaiss online, “aforismo” significa “texto curto e sucinto, fundamento de um estilo fragmentário e assistemático na escrita filosófica, geralmente relacionado a uma reflexão de natureza prática ou moral”.

12 Ibid. DEBORD, 1997, pp. 149-150.

certa forma, o primeiro capítulo de *O Capital* (Marx). O conceito de mercadoria aparece aí como “o mais elevado e sintético dos conceitos marxianos”¹³.

A clássica separação ou cisão consagrada pela interpretação marxiana do modo de produção capitalista moderno entre a mercadoria fetichizada e o ocultamento das relações reais de trabalho que geram os produtos teria atingido o seu clímax/consumação no “modelo atual da vida dominante na sociedade” (aforismo 6), denominado **espetáculo**, isto é, a “práxis global que se cindiu” entre realidade [tudo o que era vivido diretamente no processo de produção e na sociedade] e imagem (7) ou representação invertida, alienada, da realidade substantiva das coisas e dos fatos.

2.1. *Superabundância espetaculosa de mercadorias*

Aquela acusação de alienação profunda secretada pelo modo de produção capitalista da mercadoria é radicalizada com o advento da atual superabundância de mercadorias: estas invadiriam a esfera onipresente do consumo de forma espetaculosa, produzindo uma “ordem espetacular” pela qual o conjunto das relações sociais entre as pessoas [e classes sociais (aforismo 24)] passaria a ser “mediada por imagens” (aforismo 4). O último aforismo desse primeiro capítulo reforçará a nova concepção de sociedade capitalista, declarando que “O espetáculo é o capital em tal grau de acumulação [superlativa] que se torna imagem” (34). Tais imagens comporiam a “*linguagem* do espetacular” (11) instaurada por uma “sociedade fundamentalmente espetaculosa” (14), cuja eficácia exige, necessariamente, a atitude de “aceitação passiva” (12) dessa ordem, a mera “contemplação do espetáculo” (8).

A abertura do segundo capítulo do livro de Debord, “A mercadoria como espetáculo”, revela a conhecida vinculação de Debord com a revisão filosófica do marxismo feita por Lukács, especialmente em *História e consciência de classe*¹⁴. Esta ressalta que o conceito de “**mercadoria**” é o conceito-síntese fundamental da crítica marxiana ao capitalismo. Lukács aduz que “apenas como categoria universal do **ser social total**”¹⁵ é que a mercadoria pode ser entendida em sua essência autêntica”, quando os produtos entram no sistema mercantil de trocas do modo de produção

13 VALVERDE, A. J. Romera. Ementa e referências bibliográficas da disciplina “História da Filosofia I”, ministrada no 2º semestre de 2015 no programa de Pós de Filosofia na PUC-SP.

14 LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe – Estudos sobre a dialética marxista*, São Paulo, Martins Fontes, 2003.

15 O “ser social total” para Marx é a unidade diferenciada ou totalidade histórica intrínseca do modo de produção de uma sociedade englobando a estrutura produtiva, as relações de produção e a superestrutura política, ideológica, cultural e religiosa.

capitalista onde passam a ser percebidos de forma ilusória, **fetichizados** como coisas magicamente separadas das atividades humanas que lhe deram origem na produção, cuja força de trabalho também é reduzida à mera condição de mercadoria de troca. Esse fetichismo mercadológico inscrito na mercadoria assenta-se no mecanismo de **reificação** ou coisificação dos trabalhadores e das relações sociais de produção e consumo, como se o valor das mercadorias proviesse exclusivamente das relações entre as coisas e de leis naturais da economia. Enfim, um mundo artificial de aparências que induz à falsa consciência da realidade social, fonte de **alienação**, perda da própria identidade e do conhecimento objetivo do real em todos os planos da vida humana. Naquela obra, “Georg Lukács atribui ao proletariado um papel eminente na contestação da sociedade capitalista. A luta contra a reificação é, para ele, uma questão de vida ou de morte”¹⁶.

Trata-se, portanto, em Debord, de uma simbiose entre a velha mercadoria da crítica marxiana no alvorecer do século XIX e a espetacularização generalizada da vida que move o emergente capitalismo avançado radiografado pelo pensador a partir dos anos 60 do século passado, quando já antevê algo do fenômeno da globalização econômica que eclodiria nos anos 90. Constata que o “movimento prático” da mercadoria, marcado pela superabundância das mercadorias, unificou “a Terra como mercado mundial” (39 e 40).

2.2. *Alienação na sociedade do espetáculo*

A nosso ver, aquilo que, segundo Aquino, corresponderia à alienação comunicativa do homem em Debord¹⁷, seria, em última instância, consequência da “perda da unidade do mundo” enquanto “origem do espetáculo”. A “totalidade dessa perda” se revelaria, antes, na “abstração de todo trabalho particular e a abstração geral da produção como um todo se traduzem perfeitamente no espetáculo, cujo *modo de ser concreto* é justamente a abstração” (29).

Para Debord, essa abstração ou perda da percepção da unidade do processo produtivo real que se tornou mera *representação* consiste no *flagelo da alienação* proveniente do “núcleo original” do modo de produção capitalista, cuja expansão traduzida pela espetacularização contemporânea da economia exacerba e generaliza a alienação da vida e na vida (32). A espetacularização da mercadoria na sociedade “corresponde a

16 MASSET, Pierre. *Pequeno dicionário do marxismo*, verbete “Fetichismo”, Porto, Editorial Nova, Coleção Situações, 1974, p. 70.

17 AQUINO, João Emiliano Fortaleza de. Nota 25 no livro *Reificação e linguagem em Guy Debord*, Fortaleza, EdUECE, 2006, p. 75.

uma fabricação concreta da alienação” (32), que esconde a aberração do “homem separado” do produto que produz (33). O 9º capítulo da obra (aforismos 212 a 221), por sua vez, especifica a *exacerbação ideológica* da sociedade do espetáculo.

2.3. As três formas do Espetacular

No terceiro capítulo, complementar à teoria da sociedade do espetáculo (aforismos 54 a 72), complementada pelos “Comentários” de 1988, Debord alarga o alcance da “sociedade portadora do espetáculo”. Constata uma globalização do espetáculo que se bifurca em três grandes formas históricas características desse modelo de dominação, “a forma *concentrada*” (que pertence essencialmente ao capitalismo burocrático, mais típico da Rússia totalitária e da Alemanha nazista), “a forma *difusa*” (a abundância de mercadorias que proporciona apenas “fragmentos” de uma fugaz “felicidade mercantil” mundializada aos consumidores cativos”, predominante nos Estados Unidos) (63-68) e a “forma do espetáculo *integrado*” (que, especialmente a partir do contexto histórico peculiar de França e Itália daqueles anos 60, teria conseguido unificar as duas formas anteriores)¹⁸.

2.4. Filosofia da história debordiana

No bloco 1 do capítulo II de seu livro, Debord sublinha que “O movimento real do desenvolvimento das forças produtivas [do modo de produção capitalista] rompeu as antigas relações de produção e a ordem estatal”, evidenciando o caráter materialista histórico e dialético da realidade social, que desautorizaria qualquer visão metafísica de universais supra-históricos (73-74). Reafirma que o **sujeito histórico** efetivo da superação revolucionária do capitalismo é a classe do proletariado revolucionário em ação consciente simultaneamente teórica e prática. Emerge de um “mundo que se faz a si mesmo” como *história real* de luta (76).

Daquele pensamento unitário da história brotariam “as correntes teóricas do movimento operário revolucionário”. Assim, *a verdade do pensamento da história* que Marx expressou em sua *teoria revolucionária* seria precisamente a conexão estreita da mesma com a *prática do movimento operário revolucionário*. Para Marx, “a *história que se tornou real* já não tem fim” porque o seu projeto “é o de uma *história consciente*”, na qual o “desenvolvimento cego das forças produtivas meramente econômicas deve transformar-se em apropriação histórica qualitativa” por parte da *classe operária revolucionária* (79).

¹⁸ Ibid. DEBORD, 1997, pp. 175-6 e 197-8.

Contudo, Debord adverte que “O lado determinista-científico do pensamento de Marx foi a brecha pela qual penetrou o processo de **‘ideologização’** da sua teoria (84). O primeiro grande desvio ideológico apontado por Debord na teoria marxiana foi ter acreditado na suposta maturidade das forças produtivas capitalistas da Europa mais industrializada de meados do século XIX para a emergência da sociedade comunista. O segundo desvio do pensamento marxiano “pode ser resumido em uma identificação do proletariado com a burguesia *do ponto de vista da tomada revolucionária do poder*” (86). Com isso, “o pensamento histórico de Marx fica obscurecido pelo viés de uma suposta lei científica atribuída à lógica da luta de classes” pela qual a classe revolucionária sempre suprimiria a classe dominante de um determinado modo de produção (86).

A grande diferença entre essas únicas classes revolucionárias da história é que “a revolução burguesa foi feita (...), a burguesia chegou ao poder porque é a classe da economia que se desenvolve” até hoje. “**A revolução proletária é um projeto** e o proletariado só poderá ser o poder se ele se tornar a classe da consciência” (88). Se no início os integrantes da *Internacional Situacionista* propugnavam a revolução a partir da arte e do cotidiano, a partir de 1960 assumem a convicção de que a luta do proletariado era a expressão maior da revolução. Reconhecem a classe operária como sujeito revolucionário por excelência e embrião de uma futura sociedade sem classes, motor produtivo da sociedade capitalista espoliadora do trabalhador e, portanto, agente histórico de supressão desse modo de produção¹⁹.

Debord faz (por meio dos aforismos 90 a 113 do bloco 2 do capítulo IV da obra) uma alentada avaliação das grandes etapas históricas do “desenvolvimento complexo e terrível que conduziu a época das lutas de classes para as novas condições” presentes no capitalismo avançado contemporâneo (114). A “confirmação prática do pensamento histórico unitário surgiria na luta espontânea dos operários” (sobretudo na forma de **Conselhos operários revolucionários**) como “formas históricas que são justamente o meio prático que faltava à teoria para que ela fosse verdadeira” (90).

Tal questão da organização repele aquilo que se tornaria, no âmbito do totalitarismo burocrático, “o uso de métodos estatais e hierárquicos tirados da revolução burguesa” (90), especialmente com o stalinismo e seus herdeiros. Adverte que a coesão enganosa da mentira russa e da

19 CONCEIÇÃO, Marcus Vinícius Costa da. “Os conselhos operários e a revolução na práxis da Internacional Situacionista (1957-1972)”, *Hist. UEG, Anápolis*, v. 4, n. 2, ago/dez 2015, pp. 341-352.

mentira chinesa, com tradicionais pretensões internacionalistas, já não pode se manter para além de suas fronteiras nacionais (111).

3. Crítica aos pressupostos filosóficos debordianos

Elencamos aqui os grandes pressupostos filosóficos debordianos subjacentes à sua teoria da sociedade do espetáculo – boa parte dos quais vinculados ao pensamento de Marx matizado, com frequência, pela filosofia hegeliana. Exercemos a nossa crítica a tais pressupostos filosóficos tendo como referência principal o arcabouço de estudos críticos sobre o pensamento marxiano e de seus epígonos, presentes na filosofia de Lima Vaz em estreito contato com Hegel e os expoentes da filosofia clássica.

Lima Vaz ressalta que “a concepção do homem constitui o centro do pensamento filosófico de Marx”²⁰, delineado nos chamados ‘escritos da juventude’ (1839-1849). O humanismo filosófico marxiano fica patente, sobretudo, na mais filosófica de suas obras, que escreveu com Engels, *A Ideologia Alemã* (1845-46). No estudo do artigo de Lima Vaz sobre as fontes filosóficas do pensamento de Karl Marx²¹, fica assentado o caráter filosófico subjacente a toda a sua obra, pois

a célebre tese da ‘supressão’ da filosofia [de Althusser] não invalida a pesquisa das fontes filosóficas do pensamento de Marx, mesmo porque ele jamais afirmou (...) que a filosofia como tal seria uma página virada na história do pensamento. Para Marx, a filosofia continua presente na sua realização (...), a filosofia feita práxis e transfundida na realidade. Mas como falar, senão filosoficamente, dessa filosofia tornada realidade?²²

No prefácio da *Contribuição* (1859), antecedido pelo *Manifesto* (1848), o próprio Marx desdenha a noção de alienação como subproduto de uma “consciência filosófica” humanista ultrapassada pelos escritos da maturidade fundados na *práxis* histórica da produção e da revolução operária. É este o sentido da famosa tese de Louis Althusser (1918-1990) – nos ensaios *Sobre o Jovem Marx e Marxismo e Humanismo*, de 1965 –, que caracteriza como anti-humanista a teoria do Marx maduro pós-1845, representada sobretudo por *O Capital* (1867). Mediante o conceito de “corte epistemológico”, a tese de Althusser afirma que na fase juvenil de

20 Ibid. LIMA VAZ, 1983, p. 158.

21 LIMA VAZ, H. Cláudio de. “Sobre as fontes filosóficas do pensamento de Karl Marx”, in CHASIN J. (org.) et alii – *Marx Hoje*, São Paulo, Editora e Livraria Escrita Ltda., 1983, pp. 147-160.

22 LIMA VAZ, 1983, p. 148-149.

seus escritos Marx ainda teria sido parcialmente prisioneiro da ideologia burguesa dominante viciada por um humanismo ancorado em concepção abstrata de homem, ainda distante do caráter rigorosamente científico do caráter materialista-histórico de seu pensamento maduro.

Entretanto, Lima Vaz, em seu artigo sobre “As fontes filosóficas do pensamento de Karl Marx”, julga a referida tese de Althusser insustentável nos termos de uma leitura imanente da evolução do pensamento de Marx.

Com efeito, o alcance último da crítica da Economia política, tal como foi compreendida por Marx, dificilmente poderá ser entendido se não se faz uso do conceito de alienação (...). O “conceito de ‘alienação’ continua presente em seu pensamento” a partir do contexto ideo-histórico herdado da tradição racionalista e idealista, segundo a qual “a crítica da sociedade capitalista só se torna possível a partir de juízos de valor no que diz respeito à concepção do homem e que conduzem inevitavelmente ao problema da alienação” histórica real do homem como um ser essencialmente consciente e livre (...). Toda a sua empresa intelectual, assim como a sua opção pela ação revolucionária, perderia seu sentido se não repousassem no pressuposto de uma ideia normativa do homem que venha a ser realizada no estágio final da História, na sociedade ‘desalienada’.²³

De fato, Guy Debord, enquanto marxista que assimilou visceralmente a contribuição de Hegel e de Luckács na sua releitura filosófica de Marx, também não assume o corte epistemológico althusseriano entre o jovem Marx filosófico e um Marx estritamente científico da maturidade. Por isso mesmo dará grande importância à categoria de alienação, a ponto de vê-la magnificada pelo advento contemporâneo da sociedade do espetáculo. É o que mostra o segundo capítulo, acima, na constatação debordiana de que a alienação identificada desde logo como núcleo original do capitalismo espoliador do trabalho foi exacerbada e generalizada na vida da sociedade do espetáculo (aforismos 31 a 33), a qual teria atingido uma situação de materialização espetacular da ideologia por meio da produção econômica autonomizada (211 a 221).

Contudo, diferentemente dos epígonos do materialismo histórico-dialético, a antropologia filosófica de Lima Vaz desenvolve um humanismo filosófico que reputamos mais fecundo do que o de Marx e do próprio Debord, porque é sistematizado não a partir da absolutização do processo produtivo e da consciência de classe, mas “em torno do centro último

²³ Ibid. VAZ, 1983, pp. 157-158.

de inteligibilidade do homem, que é a sua autopoisição como *sujeito*²⁴ do conhecimento, das ações e da história.

3.1. Os limites da “totalidade histórica”

Foi o Romantismo, via idealismo alemão do século XIX, que, em oposição à ontologia subjetivista típica do racionalismo e do empirismo modernos, recobrou o apreço pela organicidade do real e pela interpenetração dos seres numa “totalidade vivente”. Surge, assim, um ambiente intelectual altamente propício para a recuperação de um pensamento histórico de grande envergadura a culminar com o sistema hegeliano, que faz da história universal da humanidade o eixo privilegiado da própria filosofia.

É precisamente essa *historicização do pensar filosófico* que, no quarto capítulo de seu livro, Debord valoriza sumamente na filosofia hegeliana, por ter desenvolvido um método dialético capaz de ultrapassar a permanência estática do ser para dar conta do movimento inerente ao devir da história, inaugurando um pensamento da história centrado nas transformações operadas pelas revoluções modernas que, embora não revolucionário, vai pavimentar o caminho assumido pelo expoente da esquerda hegeliana, Karl Marx. Este, após inverter a dialética hegeliana, traz a história real das condições de desenvolvimento produtivo movido pelas lutas de classes sociais para o centro de seu pensamento praxiológico.

A propósito, Debord faz questão de dedicar todo o capítulo V do seu livro (“Tempo e história”, aforismos 125 a 146), completado pelo capítulo VI (“O tempo espetacular”, 147 a 164) para demonstrar que o tempo que se torna verdadeiro na consciência histórica do projeto revolucionário operário pressupõe uma profunda ruptura com o *tempo cíclico* dos primitivos povos nômades e sedentários provocada pelo monoteísmo judaico-cristão que inaugura “o reconhecimento universal abstrato de um tempo *irreversível* democratizado, aberto a todos” (135-136).

Para Debord, contudo, só a vitória revolucionária da burguesia na modernidade seria “a vitória do tempo profundamente histórico, porque é o tempo da produção econômica que transforma a sociedade, de modo permanente e absoluto” (141). Mas a plena realização de um tempo *irreversível* radicalmente histórico seria exclusividade do projeto revolucionário do proletariado, capaz de assumir, por meio da sua consciência revolucionária, a *totalidade da história real* de produção material da vida para derrotar o capitalismo, romper a pré-história das sociedades de classes, e

24 LIMA VAZ, H. Cláudio de – *Antropologia Filosófica* – Volume I, São Paulo, Edições Loyola, 7ª edição, 2004, p. 13.

implantar o “reino comunista da liberdade” (143 a 145), lugar ideal da “verdadeira” história humana.

O filósofo marxista Georg Lukács assegura que a categoria de *totalidade* é a mais fundamental do pensamento de Marx, é o ponto de vista filosófico que, para ele, caracteriza o marxismo. O “**ser social total**” para Marx é a unidade diferenciada ou totalidade histórico-social intrínseca ao modo de produção de uma sociedade, que engloba a estrutura produtiva, as relações de produção e a superestrutura política, ideológica, cultural e religiosa²⁵. Ora, é justamente aí que se detecta a profunda contradição da tradição antimetafísica da filosófica marxiana e marxista transformando sua categoria de totalidade histórica efetiva – considerada translúcida para a práxis concreta da verdadeira consciência histórica proletária – em um princípio ontológico primordial da filosofia da história e de sua gnosiologia.

Conforme a crítica vaziana, focada aqui na *Ideologia Alemã*, Marx, ao tentar manter-se coerente com a sua perspectiva materialista histórica total, não especulativa, põe como determinante da consciência pessoal do sujeito humano a **totalidade** dos homens “em seu processo real de desenvolvimento, fazendo-se a si mesmo em condições determinadas (...). A consciência [*das Bewusstsein*], em suma, deixa de ser sujeito de atribuições e é substituída pelo ‘**ser consciente**’ [*das bewusste Sein*] (...) genérico e imerso no processo histórico, que é o seu processo vital de produção dos meios de subsistência”. Assim, “Marx prende-se obstinadamente ao ‘*ser consciente*’”, renegando a proeminência irrevogável da consciência pessoal²⁶.

Surge daí o questionamento fundamental a Marx e, por extensão, a Debord: “Como evitar fazer, então, do processo mesmo [dessa totalidade vivente que é o *ser consciente*] o Absoluto ‘fundante’? A ontologia ressurgue, assim, no seio mesmo de sua negação, uma ontologia que terá a suportar-lhe as exigências de necessidade a contingência de um processo só empiricamente constatável”. A contradição radical dessa posição consiste em que essa totalidade do ‘ser consciente’, fato contingencial, é reivindicada, por meio de um juízo de totalidade absoluto, como “fundante” absoluto, ontológico, da consciência pessoal e do ser social do homem, elevando equivocadamente a história à condição de um absoluto necessário, no sentido de bastar-se a si mesmo, tal qual a “*archè anypóthetos*” de Platão na *República*. O problema é que, em boa lógica filosófica, só a

25 MASSET, Pierre. *Pequeno dicionário do marxismo*, verbete “Totalidade”, Porto, Editorial Nova, Coleção Situações, 1974, pp. 153-156.

26 Ibid. LIMA VAZ, *Ontologia e história*, 2001a, pp. 151.

consciência pessoal tem o direito de pronunciar um juízo absoluto (especulativo) capaz de transcender a contingência histórica²⁷.

Ora, que faz Marx [e, com ele, Debord]? Eleva à categoria de absoluto o processo histórico no qual o 'ser consciente' acontece como um 'fato'. Como tal, o 'ser consciente' não pode adequar-se ao movimento de transcendência que projeta a história na dimensão do absoluto, do necessário. Assim a contradição – uma contradição radical, incapaz de qualquer fecundidade dialética – aparece instalada no coração mesmo do projeto teórico de Marx” (...). Uma crítica interna do marxismo não pode deixar de encontrar-se, finalmente, com esta ambiguidade fundamental (...): é dela que nasce o dualismo nunca superado, por Marx mesmo e por seus melhores intérpretes, entre o processo dialético como totalidade absoluta e o processo histórico como contingência. Dualismo que não permite a integração do processo histórico no processo dialético senão a preço de uma transcendência da consciência sobre a história e uma volta à problemática hegeliana do Sujeito absoluto.²⁸

3.2. Não ao determinismo cientificista e ao prometeísmo

Segundo Lima Vaz, o filósofo polonês historiador do marxismo Kolakowski²⁹ ressalta que Marx, filho legítimo do seu tempo, é de fato impregnado por três correntes intelectuais típicas do século XIX presentes no seu estilo de pensamento: o Romantismo, a ideologia cientificista e o prometeísmo³⁰. Não há porque surpreender-se diante do fato de que, na ânsia de superação dialética do idealismo conservador dominante das filosofias do Romantismo, Marx tenha abraçado o ideal emergente de um tipo de ciência que “não é só instrumento de conhecimento da realidade, mas igualmente guia da história, da ação humana e, sobretudo, instrumento de prospecção e construção de um futuro melhor para o homem”³¹.

Era previsível que a mente de Marx fortemente moldada pelas exigências de totalização ontológica da filosofia alemã resvalasse para um

27 Ibid. LIMA VAZ, *Ontologia e história*, 2001a, pp. 152-53.

28 Ibid. LIMA VAZ, *Ontologia e história*, 2001a, pp. 154-55.

29 KOLAKOWSKI, Leszek. *Main Currents of Marxism* – vol. 1, W. W. Norton & Company, 1978, pp. 408-416.

30 *No mito grego narrado por Hesíodo Prometeu era o titã criador da humanidade. “Certa ocasião Zeus, o rei dos deuses, soberano do Monte Olimpo, privou o homem do fogo – simbolicamente, da inteligência – tornando a humanidade ‘ignorante’. Então Prometeu, o benfeitor dos homens roubou uma centelha do fogo celeste e a trouxe à Terra, reanimando os mortais”, às custas do terrível sacrifício que lhe foi imposto por Zeus.* Disponível em: <<http://cds.org.br/prometeismo-evangelico/>>.

31 LIMA VAZ, H. Cláudio de. “Sobre as fontes filosóficas do pensamento de Karl Marx”, in CHASIN J. (org.) et alii – *Marx Hoje*, São Paulo, Editora e Livraria Escrita Ltda., 1983, p. 150.

cientificismo pouco consciente dos seus limites metodológicos, ávido por exorcizar a metafísica e subordinar os fatos históricos reais dos processos econômicos. Defendia obstinadamente os avanços dos *ideais prometeicos* do humanismo naturalista: a “reivindicação rigorosa e absoluta do homem como criador de si mesmo e sua própria história”³², que Marx veio ainda maximizar pela glorificação de uma nova classe social titânica, o proletariado, imbuída da missão revolucionária de destruir o sistema econômico dominante.

Parece que a partir do desencantamento debordiano com a realização macrossocial das promessas triunfalistas do marxismo em torno da revolução proletária (84-88), ele prefere assumir uma perspectiva cautelosa pela qual, em última análise, restariam, por enquanto (último quarto do século XX), para a efetivação prática da teoria revolucionária anticapitalista não mais que pequenos **Conselhos operários revolucionários** emergentes. Teríamos neles, doravante, o paradigma da práxis revolucionária verdadeira preconizada por Marx, já que o poder dos Conselhos operários “É o lugar onde os problemas da revolução do proletariado podem encontrar sua verdadeira solução (...). Só aí a negação espetacular da vida é, por sua vez, negada” (116-117).

Se aquela contaminação ideológica do cientificismo determinista desorientou a teoria marxiana da revolução do proletariado pela previsão prematura de transformação total da sociedade capitalista, conforme a crítica de Debord (84-89), este também não consegue escapar da necessidade ideológica de apreender na organização dos *Conselhos operários revolucionários* a consciência histórica verdadeira de uma classe proletária sujeito teórico-prático da revolução (90 e 116). Vislumbra aí uma espécie de epifania do que seria o sentido verdadeiro do progresso da história para a vida social em liberdade, no qual aquele *sujeito* da história se revela senhor e possuidor do seu mundo, realização cabal do comunismo num futuro indeterminado (74 e 163).

A Internacional Socialista assumia como missão³³ a defesa dos Conselhos operários e o combate intransigente contra todas as formas burocráticas de organização, especialmente os estados totalitários do chamado “socialismo realmente existente”, partidos políticos, sindicatos e

32 Ibid. LIMA VAZ, 1983, p. 150.

33 Ibid. CONCEIÇÃO, 2015, p. 346.

parlamentos. Para a IS, os conselhos podem e devem ser “a organização em ação da consciência histórica”³⁴.

É verdade que Debord tenta afastar-se do determinismo histórico na prudente advertência do Prefácio às reedições de 1979:

Quem ler com atenção este livro verá que ele não oferece nenhum tipo de garantia sobre a vitória da revolução, nem sobre a duração de suas operações, nem sobre as rudes vias que ela terá de percorrer, e menos ainda sobre sua capacidade, às vezes gabada levemente, de conduzir cada um à perfeita felicidade. Menos que qualquer outra, minha concepção, que é histórica e estratégica, não pode achar que a vida deve ser um idílio sem esforço e sem sofrimento.³⁵

Oportuna advertência que, além de fazer compreender a sua confiança revolucionária circunscrita aos minúsculos Conselhos operários ao final do século XX, denota saudável realismo político em consonância com a veia hegeliana de Debord.

Não obstante, vê-se que em várias passagens da obra a sua prudência antideterminística é absorvida pela certeza filosófica de que a classe operária revolucionária, ao atingir a “existência total” da teoria revolucionária (85), fiel à “originalidade do seu projeto” latente enquanto “classe da consciência”, será a parteira indefectível da superação histórica do sistema capitalista pelo advento de uma superior sociedade sem classes (aforismos 78, 85, 221, p. ex.). Trata-se, apesar do realista reconhecimento da “imensidão das tarefas da revolução que quer estabelecer e manter uma sociedade sem classes”, de uma revolução estratégica rumo à “sociedade sem classes (...) ampliada até os confins do mundo; e que, tendo abatido todos os seus inimigos, poderá entregar-se com júbilo às verdadeiras dissensões e aos embates sem fim da vida histórica”³⁶. E isto, a nosso ver, apesar da esforçada dialética debordiana da liberdade, conti-

34 Os principais teóricos dos Conselhos Operários (do termo russo “*Soviets*”), também conhecidos como “comissões de fábrica”, foram Rosa Luxemburgo (1871-1919), alguns dos chamados comunistas conselhistas e o intelectual holandês Anton Pannekoek (1873-1960). Reportam-se à tradição autogestionária de trabalhadores revolucionários que – inspirados no breve ensaio de governo proletário ou Comuna de Paris em 1871 – começaram a se organizar desde a Revolução Russa de 1905 nessa microforma de passagem para sociedade comunista livre da presença do Estado, que Marx denominara “livre associação dos produtores”. Reaparecem na Revolução Russa de 1917 (logo desfigurados pela introdução do capitalismo burocrático de Estado a partir de 1920), surgindo também durante curtos episódios revolucionários de outros países europeus. Os escritos ligados à Internacional Socialista sobrelevam o forte protagonismo revolucionário que os novos Conselhos operários assumem desde o início da década de 60 até meados dos anos 70 sobretudo na Itália e França.

35 Ibid. DEBORD, 1997, pp. 161-162.

36 Ibid. DEBORD, 1997, p. 162

nua sendo uma metafísica historicista escatológica transvestida de teoria social, quando professa:

realizar essa 'missão histórica de instaurar a verdade do mundo', tarefa que cabe, ainda e sempre, à classe que é capaz de ser a dissolução de todas as classes ao resumir todo o poder na forma desalienante da democracia realizada, o Conselho, no qual a teoria prática controla a si mesma e vê sua ação. Somente ali os indivíduos estão 'diretamente ligados à história universal' (aforismo 221).³⁷

3.3. Binômio “homem ser produtor” versus consciência-trabalho

Na concepção marxiana **a essência do homem é o trabalho**, atividade primordial de transformação da natureza, de si e da história. No modo de produção capitalista tal como dissecado pelo primeiro capítulo de *O Capital*, essa essência humana que seria atividade de trabalho encontra-se sistemicamente usurpada pelo capital, cuja dinâmica de acumulação submete o trabalho e o trabalhador a um processo de espoliação e alienação, reduzindo-o a mercadoria, consumidor alienado e subcidadão.

Como *ser natural* que teria emergido da evolução da natureza (sem que se explique a diferenciação do *homo sapiens*), o homem encontraria a sua especificidade humana enquanto **ser produtor** (ou *ser-que-produz*) que constrói a si mesmo na atividade de transformação da natureza, a qual vai sendo humanizada pelo trabalho humano. Interagindo com outros homens nas relações sociais que definem as formas de produção, o ser humano faz a sua história e o resultado da história seria o que os homens fazem e fizeram materialmente.

Vale mencionar um sugestivo artigo publicado pelo boletim eletrônico “Periscópio”, de julho de 2006, da Fundação Perseu Abramo³⁸, analisando a contribuição de Lima Vaz no diálogo cristão com o marxismo crítico adotado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) para a construção do ideal de socialismo democrático. Constatamos que “Vaz identifica o ‘dualismo nunca superado (...) entre o processo dialético como totalidade absoluta e o processo histórico como contingência’ (...)”. “O ponto, então, de condensação de toda esta tensão na obra de Marx seria exatamente a noção de consciência revolucionária do proletariado. ‘Na verdade’, diz Vaz, ‘nenhum sujeito empírico poderá suportar o peso das atribuições ontológicas que definem, primeiro a consciência revolucionária e, depois, a consciên-

³⁷ Ibid. DEBORD, 1997, p. 141.

³⁸ Fundação Perseu Abramo, “Um diálogo cristão com o marxismo crítico. A contribuição de Henrique de Lima Vaz”, São Paulo, Boletim eletrônico Periscópio, edição nº 59, julho de 2006, extraído de site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU.

cia comunista (...), trágica ambiguidade da ação incapaz de reconhecer-se numa norma absoluta”³⁹. E acrescenta:

a noção verdadeiramente central de onde partem e onde terminam todos os fios da concepção marxista do mundo é a noção de *práxis* como trabalho humano, isto é, como trabalho criador (...). **O trabalho é, pois para Marx, a esfera ontológica última do ser humano** (...). O marxismo, como humanismo absoluto, é um humanismo do trabalho, ou seja, uma crítica em ato (revolucionário) do trabalho alienado e uma instauração do trabalho humanizado (...). É, sem dúvida, uma visão total da realidade, ou seja, em todo rigor, uma filosofia (...). Assim, A ontologia ressurge no seio mesmo de sua negação [sobretudo na obra *Ideologia Alemã*].⁴⁰

Para a ontologia marxiana, a antropologia clássica que começa concebendo o homem como ser racional e livre não faz sentido, porque a atividade vital produtora é o elemento originante e comum de toda a vida humana, de tal forma que a livre racionalidade emerge aos poucos na evolução histórica do homem concreto, o qual, antes de tudo o mais, já se reconhece enquanto homem porque trabalha. Só que esse reconhecer-se reflexivo não pode, na ontologia de Marx, ressaltar anterioridade ou primado da consciência pessoal do ser humano. Não há consciência em si e para si, porque a consciência individual apenas faria parte do “**ser consciente**” concreto dos homens no seu processo vital de trabalho, o processo produtivo real da sociedade.

Em contraposição àquela cosmovisão materialista, todo o esforço vaziano de construção de uma antropologia filosófica coerente com a filosofia clássica busca integrar as aporias cruciais do pensamento marxiano, articulando dialeticamente a transcendência reflexiva das consciências no mundo com a centralidade antropológica do trabalho⁴¹.

Na antropologia filosófica vaziana como crítica aos limites ontológicos que enclausuram o pensamento de Marx (assim como o de Debord) em um materialismo histórico-dialético de absolutização do trabalho e da práxis revolucionária, merece destaque o artigo seminal intitulado “Trabalho e Contemplação”⁴². Articula a concepção humanista vaziana *da natureza do trabalho humano* com a centralidade do trabalho nas antropologias hegeliana e marxiana, porém, diferenciando-se das mesmas.

39 Ibid. LIMA VAZ, “Marxismo e Ontologia” in *Ontologia e História*, São Paulo, Loyola, 2001a, pp. 155 e 160.

40 Ibid. LIMA VAZ, 2001a, 150; 152-153.

41 LIMA VAZ, Henrique C. de. “Consciência e História” in *Ontologia e história*, São Paulo, Loyola, 2001b, pp. 219 e 225-227.

42 LIMA VAZ, H. Cláudio de. “Trabalho e contemplação” in *Problemas de Fronteira – Escritos de filosofia I*, São Paulo, Loyola, 2002, pp. 122-140.

Para Lima Vaz a pessoa humana como sujeito consciente livre e racional transcende a natureza de tal forma que sua relação objetiva primordial com a mesma, enquanto sujeito, é transformá-la por meio do trabalho. Mas, do ponto de vista dos fins que a pessoa humana estatui ao trabalho enquanto o realiza, o trabalho “prolonga-se na direção do outro, refere-se ao universo espiritual das pessoas, torna-se, em suma, uma forma de relação intersubjetiva”, pois “só a pessoa pode *finalizar* a pessoa”. Então, o trabalho que humaniza a natureza revela-se como a mediação primordial da comunicação intersubjetiva das pessoas “através da natureza humanamente significada”, “construção de um *sentido* humano para sua presença no mundo”⁴³.

Consequentemente, o reducionismo ontológico e antropológico do materialismo histórico que confina a compreensão de ser humano à condição de *ser produtor* imerso na pseudototalidade do processo produtivo da vida social, mesmo na modalidade debordiana de sociedade do espetáculo, não oferece fecundidade dialética e política suficientes para a superação humana de qualquer estrutura socioeconômica opressiva.

3.4. Exigência de superação contínua das alienações

Marx extraiu diretamente de Hegel e do idealismo alemão o conceito filosófico de **alienação** e o reinterpretou em um sentido menos global do que o processo universal da alienação (*Entfremdung*) do Espírito Absoluto. “Em Marx, alienação designa (...) situações em que o homem se perdeu a si próprio, em que se tornou estranho a si próprio. A alienação é, portanto, queda, decadência, e designa a situação em que o homem se tornou o seu próprio inimigo. É, pois, algo a combater, suprimir”⁴⁴. Trata-se de um *estranhamento* que abarca não só o processo de produção de si mesmo pelo homem, como também o processo de produção capitalista do objeto ou, mais especificamente, da mercadoria reificada.

Segundo essa antropologia marxiana, a forma como o homem produz a si e aos objetos sob as condições de um modo de produção espoliativo geraria o flagelo da alienação radical porque destruiria a *natureza essencialmente produtora* daquele que trabalha, ao mesmo tempo em que desencadearia o fetichismo reificador da mercadoria.

Em contraposição a essa concepção materialista histórica de alienação, pensamos que o trabalhador não é e nem pode ser **essencialmente alienado** no tocante ao âmago de sua natureza pessoal dentro de um determinado sistema social (o sistema capitalista, inclusive). Contudo,

43 Ibid. LIMA VAZ, 2002, pp. 126, 127, 128 e 129.

44 Ibid. MASSET, 1974, verbete “Alienação”, pp. 8-9.

historicamente, pode ser submetido e de fato o é por poderes e mistificações diversas e múltiplas formas de exploração e alienação existencial.

De fato, não é preciso aceitar o pressuposto marxiano de uma alienação tão radical quanto seria a perda da essencialidade de um ser humano definido como *ser produtor*, porque nisso estaríamos condenados a uma dissolução irremediável do trabalhador e do trabalho real em qualquer momento presente da história. A rigor, nada restaria de essencial ao homem para reagir à alienação e lutar pela transformação das situações opressivas. A nosso ver, as diferentes formas possíveis de alienação do ser humano consistem na distorção circunstancial da consciência de si e dos outros, da consciência racional da realidade e da liberdade de escolha, porém, jamais a extirpação da liberdade racional fundamental inerente à consciência reflexiva como intencionalidade aberta à infinitude universal, a qual – em condições de sanidade mental do indivíduo – poderá sempre ser reencontrada pelo sujeito consciente mediante apoio solidário de outros sujeitos, tendo em vista reagir e lutar contra as opressões.

É certo que o processo de exploração econômica intensiva perpetrada pelo “modo de produção capitalista” – energicamente denunciado pela crítica marxiana ao final do século XIX – avilta a dignidade do trabalhador naquilo que ele possui de mais essencial, sua consciência livre e racional compreendida pelo humanismo da grande tradição filosófica ocidental⁴⁵; contudo, na concepção materialista marxiana, se trata de destruição radical da suposta essência do homem concebido de forma reducionista como ser-produtor.

Debord vê a *sociedade do espetáculo* contemporânea como reflexo da **produção e circulação “superabundante” da mercadoria** (...) que “ocupou totalmente a vida social” impondo uma generalizada “ditadura” mercantil sobre a sociedade do consumismo espetaculoso radicalmente alienado (29, 40 e 42). Todavia, por mais que a sociedade capitalista do espetáculo teorizada por Debord aprofunde as forças de exploração típicas do sistema capitalista, a ponto de exacerbar-se na forma espantosa de uma “ditadura” globalizada da “mercadoria total” (aforismo 42), nossa perspectiva crítica sustenta que a consciência das pessoas afetadas, as consciências de cada um de nós, fortemente atingidas pela falsificação ideológica da vida produzida pelo consumismo desenfreado, poderá e deverá sempre – em interação com outras consciências críticas – repugnar o aviltamento da dignidade humana para lutar eficazmente contra qualquer opressão.

45 LIMA VAZ, H. Cláudio de. “Humanismo hoje: tradição e missão”, Belo Horizonte, *Síntese – Revista de Filosofia*, v. 28, n. 91, 2001, pp. 157-168.

4. Transformação civilizacional x prometeísmo

Com base em nossa crítica filosófica aos pressupostos da teoria debordiana da sociedade do espetáculo, desenvolvida no capítulo anterior, assim como nas prospecções do autor relativas ao terceiro bloco de aforismos do livro (114 a 124), que aborda “O proletariado como sujeito e como representação”, tentamos, aqui, responder a uma *questão-chave*: haveria possibilidade de consolidação de um sujeito revolucionário no seio da sociedade do espetáculo capaz de conduzir a implementação de uma alternativa histórica ao modo de produção capitalista?

4.1. Limites das organizações revolucionárias

No 3º bloco de aforismos do capítulo 4 do livro (114 a 124), Debord sem dúvida enxerga nos últimos 30 anos do século XX prenúncios auspiciosos de um novo assalto espontâneo do sujeito proletariado revolucionário contra a sociedade espetacular (115).

Para Debord, o indício maior de emergência contemporânea desse sujeito proletário autêntico se encarna nos chamados “**Conselhos operários revolucionários**” que se desenvolviam em especial na Itália do século XX.

A forma política enfim descoberta sob a qual a emancipação econômica do trabalho podia ser realizada tomou neste século XX uma forma nítida nos *Conselhos operários revolucionários* concentrando neles todas as funções de decisão e de execução (...). Esse poder dos Conselhos é o lugar onde os problemas da revolução do proletariado podem encontrar sua verdadeira solução (116).⁴⁶

No Prefácio à 4ª edição italiana da obra, publicado nas edições de 1979, na certeza de que “A Itália resume as contradições sociais de todo o mundo”, revelando-se “no momento o país mais avançado no movimento em direção à revolução proletária”, ressalta que, até então, o livro encontrara seus leitores mais argutos não nos intelectuais, mas “nas fábricas italianas”, onde “Na prática, os operários da Itália – que hoje podem ser mostrados a seus companheiros de todos os países como um exemplo (...) – conhecem bem o assunto porque souberam tirar proveito das teses de *A sociedade do espetáculo*”⁴⁷.

Animado pelo que considera a autenticidade revolucionária desses poucos Conselhos emergentes na Europa do século XX, Debord ousa relativizar a perspectiva marxiano-marxista ortodoxa de disseminação

46 Ibid. DEBORD, 1997, p. 83.

47 Ibid. DEBORD, 1997, pp. 148-149.

planetária da revolução proletária conducente à supressão total do capitalismo, pois

O aparecimento dos Conselhos foi a realidade mais elevada do movimento proletário no primeiro quarto do século XX (...). No novo momento da crítica proletária, esse resultado volta como o único aspecto não vencido do movimento vencido. A consciência histórica que sabe ter nos Conselhos seu único meio de existência pode reconhecê-los agora (118).⁴⁸

Apesar dessa esperança depositada no protagonismo revolucionário dos Conselhos operários emergentes, é impossível não questionar a plausibilidade da capacidade transformadora desses Conselhos no que toca à negação e superação do capitalismo nas sociedades nacionais e no mundo. Em última análise, Debord mantém a crença marxiana de que a classe operária é o sujeito histórico da revolução supressora do capitalismo rumo a uma sociedade democrática radical sem classes (221). Mas ao invés de conclamar os trabalhadores para uma união internacional e urgente de forças na forma de alguma organização operária globalizada, aos moldes do velho *Manifesto Comunista*, Debord prefere se ater às poucas possibilidades concretas do momento.

A obra de Debord teve que se dobrar à incerteza que pervade a “missão histórica de instaurar” a sociedade sem classes no mundo. Ao contrário do otimismo marxiano e marxista, sua teoria da sociedade do espetáculo segue mais de perto o realismo hegeliano, pois

não oferece nenhum tipo de garantia sobre a vitória da revolução, nem sobre a duração de suas operações, nem sobre as rudes vias que ela terá de percorrer (...). É justo reconhecer a dificuldade e a imensidão das tarefas da revolução que quer estabelecer e manter uma sociedade sem classes.⁴⁹

De fato, até mesmo a expectativa acalentada por Debord quanto à disseminação dos Conselhos operários acabou por se frustrar tanto na Europa como nas outras partes do mundo, no contexto adverso de expansão da globalização econômica e sua ideologia neoliberal. A grande maioria daqueles novos Conselhos dos países europeus estancou ou se dissolveu a partir de meados dos anos 70, sem que até agora tenha sido possível reeditar essa estratégia revolucionária no mundo em geral. Ademais, contraditoriamente, “ao se observar toda a trajetória da Internacional Situacionista, o que se vê é o movimento [de intelectuais de classe média] sempre se colocando como um organismo externo às organiza-

48 Ibid. DEBORD, 1997, p. 84.

49 Ibid. DEBORD, 1997, pp. 161-162.

ções operárias” que a própria teoria situacionista considerava imprescindível estarem na direção do movimento revolucionário⁵⁰.

Mesmo sem nos dedicarmos a uma análise sociológica do crescente refluxo, no contexto da sociedade tecnológica contemporânea, da classe operária industrial típica do projeto revolucionário marxista, com o enfraquecimento crescente de suas formas de organização⁵¹, encontramos razões suficientes – sociológicas, políticas e filosóficas – para concluirmos pela **inviabilidade** da afirmação exclusiva de uma classe, coalização ou organização de trabalhadores no papel de sujeito histórico revolucionário preponderante para o êxito de qualquer processo de superação do capitalismo.

4.2. *Transformação civilizacional necessária*

A humanidade parece ter chegado a um patamar civilizatório de tamanha complexidade e diversidade⁵², que se tornou praticamente impossível projetar uma eventual derrocada global do sistema capitalista pela via de assalto ao poder por parte de uma mítica revolução sociopolítica nos moldes prometeicos da teoria marxista ortodoxa.

Acreditamos que se o sistema capitalista persistir e aprofundar seus graves defeitos tendenciais cada vez mais disseminados – tais como o aprofundamento recorrente de desigualdades e exclusões sociais, a destruição irresponsável da natureza, a dissolução crescente dos laços humanos de solidariedade e das tradições culturais, o primado da acumulação financeira (financeirização) sobre a produção real, o esmagamento da vida ética pelo domínio desmesurado do economicismo tecnocientífico irresponsável, a desfiguração das pessoas e da cidadania pelo consumismo hedonista desenfreado disseminando o niilismo radical – ele tenderá ao desgaste irremediável e à progressiva perda de legitimidade, até sua possível implosão, talvez à semelhança daquela do bloco comunista soviético, declarada em 1991.

50 Ibid. CONCEIÇÃO, 2015, p. 358.

51 Tal é o grande debate entre defensores marxistas da permanência da centralidade do trabalho na interpretação e superação da sociedade capitalista globalizada (tal como ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo, Cortez; Campinas, Unicamp, 1995) e analistas do processo de esgotamento do protagonismo proletário (tais como GORZ, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*, Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1982, e OFFE, Claus. *Trabalho e sociedade. Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “Sociedade do Trabalho”*, Vol. I, *A Crise*, Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1989).

52 Empregamos, aqui, a noção de *civilização* no seu sentido mais amplo de uma imensa e complexa esfera histórico-cultural englobante de um grande conjunto de sociedades humanas imbricadas por suas características científico-tecnológicas, políticas, econômicas, religiosas e artísticas.

Ainda que se trate de uma hipótese remota, grande parte daquela derrocada assentaria na incompatibilidade visceral da mundivivência do capitalismo (assim como dos totalitarismos burocráticos remanescentes, do tipo China, Coreia do Norte, Cuba e Venezuela) com os anseios incoercíveis da liberdade racional humana, que exige a busca ininterrupta da realização pessoal e coletiva dos seres humanos no “*bem viver*”. É óbvio que ninguém deveria esperar passivamente os incomensuráveis prejuízos de tamanha dissolução, sem começar desde já a agir para transformar o curso dos acontecimentos por meio de uma práxis ético-política fundada no primado do *Bem*⁵³.

Ademais, no estágio atual de imenso poder autodestrutivo da humanidade, sobretudo dos arsenais bélicos nucleares, químicos e biológicos, o desmoronamento de uma estrutura mundial tão gigantesca poderia se transformar numa tragédia indescritível, hecatombe capaz de arrastar bilhões de seres humanos indefesos, quase todas as espécies e ecossistemas naturais, junto com os bens culturais da civilização, em um cenário apocalíptico de difícil reversão.

Por isso, mais do que nunca, parece que, doravante, o combate irreunciável contra as formas opressivas dos sistemas de dominação dos povos terá que ser *incremental* – mesmo que deva passar por certas reformas dolorosas – na perspectiva de construção civilizacional humanizante e não da antagonização premeditada de classes sociais e outras forças, porém intransigentemente orientado pelos grandes valores do *bem viver*: o Bem enquanto tal, juntamente com os seus desdobramentos nos bens da justiça, liberdade, paz, frugalidade e fraternidade.

5. Por uma práxis ético-política do Bem Viver

Este apelo enfático às virtualidades da antiga arte ético-política do Bem Viver como forma eficaz de intervenção construtiva nos micros e macros processos de transformação civilizatória contemporânea pode parecer inócua aos corações polarizados pelas velhas utopias ou bandeiras ideológicas de esquerda e direita. Ledo engano, porque se trata de uma corajosa recuperação da sabedoria prática disponível nos melhores legados da filosofia, das religiões e de culturas milenares.

53 O primado do *Bem* remete ao objetivamente *melhor*, o que condiz com a excelência moral do ser humano, o mais conveniente para a realização histórica das pessoas e da vida em geral, digno de ocupar o lugar de fim supremo da existência humana. Difícil enunciá-lo em formas de concretização histórica, sempre diversificadas e sujeitas ao crivo normativo do Bem.

Na vertente filosófica da arte do Bem Viver, merece especial destaque a tese central do filósofo francês Pierre Hadot (1922-2010)⁵⁴, que, baseado na ética sistematizada por Aristóteles com raízes em Platão e outros pensadores clássicos, demonstra profundamente a atualidade do cultivo da dimensão prática da filosofia como “modo de vida” (*techné periton bion*) ordenado ao fim mais elevado que a pessoa e a coletividade podem aspirar, a vida bem-sucedida na felicidade (*eudaimonia*), isto é, o viver *realmente* bem.

Lima Vaz, por sua vez, na introdução sistemática à Ética Filosófica, não deixa dúvida de que o núcleo fundamental da inteligibilidade do *ethos*, enquanto esfera simbólica da realidade provedora das normas da ação do *sujeito* na vida social, é o finalismo do *Bem* exigido pela estrutura teleológica da Razão prática. Esse referencial último do horizonte *universal* do Bem, que deve orientar a *práxis* em meio à pluralidade histórica dos *ethea* [configurações específicas dos costumes e normas no seio das comunidades humanas] é o que Aristóteles traduziu por *eudaimonia*, “entendida como autorrealização no Bem ou ‘**bem viver**’ (**eu zên**)⁵⁵. O filósofo Francisco J. Herrero, em estudo sobre a ética filosófica de Lima Vaz, explicita essa questão nodal da grande tradição da filosofia prática ao acentuar que

A observação dos *ethea* na sua efetividade histórica mostra-os como expressão da tendência profunda dos seres humanos (agindo como seres racionais e livres) para o *melhor*, para uma *vida boa* (*eu zên*), em suma, para o *Bem* como causa final de sua autorrealização como indivíduos e como comunidade.⁵⁶

Doutra parte, importantes círculos de debates ligados a movimentos internacionais dedicados à construção de alternativas civilizacionais aos obsoletos macromodelos hegemônicos de organização dos povos, vêm difundindo com sucesso, desde a realização do Fórum Social Mundial de Belém/BR (2009), a contribuição original do economista equatoriano Alberto Acosta, condensada no livro *O Bem Viver – Uma oportunidade para imaginar outros mundos*⁵⁷, traduzida para o português em 2016. Empe-

54 HADOT, Pierre. *A filosofia como maneira de viver*, São Paulo, É Realizações, 2016, 224 p., bem como *Exercícios espirituais e filosofia antiga*, São Paulo, É Realizações, 2016, 366 pp. Tal é a abordagem da dissertação de mestrado de PORMANN, Bruna Nery. *Filosofia como arte do bem viver: uma perspectiva aristotélica*, Porto Alegre, mimeo, PUC-RS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), 2017.

55 LIMA VAZ, H. Cláudio de. *Introdução à ética filosófica 2 – Escritos de filosofia V*, São Paulo, Loyola, 2004, p. 143.

56 HERRERO, Francisco Javier. “A ética filosófica de Henrique Cláudio de Lima Vaz”, Belo Horizonte, *Síntese*, v. 30, n. 125, 2012, p. 429.

57 ACOSTA, Alberto. *O Bem Viver – Uma oportunidade para imaginar outros mundos* (título original: *El Buen Vivir*), São Paulo, Fundação Rosa Luxemburgo, Editora Elefante, Autonomia Literária, trad. Tadeu Breda, 2016.

nhada na valorização da memória e do sonho do bem viver de povos indígenas ameríndios andinos (tradução do “*sumak kawsay*” de origem quéchua), a obra evita analogias com a tradição filosófica ocidental do *eu zên*.

Contudo, longe de propor uma regressão civilizacional anacrônica e antifilosófica, a proposta defende uma ruptura civilizatória progressiva com a ideologia do desenvolvimento economicista hegemônico da globalização econômica que inviabiliza a sustentabilidade da natureza e das culturas. Pretende a construção, em cada país, de um estado plurinacional eminentemente participativo, como de outra economia, distinta do capitalismo e do socialismo, valorizando produção e consumo locais, baseados nos princípios da solidariedade, reciprocidade e responsabilidade, sem descuidar de adequada inserção na economia mundial, integrando as bases comunitárias de cada país e suas conexões com os demais. Conforme a oportuna resenha de Amélia Gonzalez⁵⁸, a construção desse Bem Viver redimensiona as organizações políticas modernas, buscando integrar politicamente a pluralidade de comunidades populares por meio de democracias substantivas, com a equalização de oportunidades de participação responsável nos bens públicos da política e da vida econômica.

Esse sugestivo programa latino-americano/ameríndio do Bem Viver talvez lembre para muitos um mero desfile de boas intenções piedosas de intelectuais que subestimam as sagazes diatribes de Marx e Engels contra os devaneios dos socialistas utópicos do século XIX. Mas, para nós, se ao menos chegasse a uma interação criativa com as autênticas fontes das vertentes significativas do Bem Viver⁵⁹, suscitaria um salutar desenvolvimento da imaginação filosófica, sociológica, política e cultural para o enfrentamento eficaz dos gigantescos impasses civilizacionais de nosso tempo.

58 GONZALEZ, Amélia. “‘Bem Viver’, o conceito que imagina outros mundos possíveis, já se espalha pelas nações”, Rio de Janeiro, *G1*, Nova Ética Social, 01/02/2016.

59 ALCANTARA, Liliane C. S. et SAMPAIO, Carlos A. C. “Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível?”, Curitiba, *Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFPR*, v. 40, abril 2017. Na medida em que “As últimas edições do Fórum Social Mundial sugerem discutir alternativas de um novo modelo civilizatório que tenha como base o Bem Viver, na tentativa de reconsiderar as relações com a natureza” e padrões de consumo, os autores realizaram amplo estudo bibliométrico com matérias de 66 periódicos, de 2001 a 2015, voltadas para a temática do Bem Viver associada a noções como “bem comum”, “interculturalidade”, “transdisciplinaridade” etc.

Referências Bibliográficas

- ACOSTA, Alberto. *O Bem Viver – Uma oportunidade para imaginar outros mundos* (título original: *El Buen Vivir*), São Paulo, Fundação Rosa Luxemburgo, Editora Elefante, Autonomia Literária, trad. Tadeu Breda, 2016, 264 pp.
- ALCANTARA, Liliane C. S. et SAMPAIO, Carlos A. C. “Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível?”, *Curitiba, Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFPR*, v. 40, abril 2017, pp. 231-251.
- AQUINO, João Emiliano Fortaleza de. *Reificação e linguagem em Guy Debord*, Fortaleza, EdUECE, 2006.
- CASALI, Luís Gustavo. Síntese de sua monografia sobre Guy Debord, intitulada “Os anos de ouro dos enfants perdus (1952-53)”.
- CONCEIÇÃO, Marcus Vinícius Costa da. “Os conselhos operários e a revolução na práxis da Internacional Situacionista (1957-1972)”, *Revista de História da UEG*, Anápolis/GO, v. 4, n. 2, ago/dez 2015, pp. 341-360.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2ª reimpressão, tradução Estela dos Santos Abreu, 2ª reimpressão, 1997, 237 pp.
- GONZALEZ, Amélia. “‘Bem Viver’, o conceito que imagina outros mundos possíveis, já se espalha pelas nações”, Rio de Janeiro, *G1*, Nova Ética Social, 01/02/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/blog/nova-etica-social/post/bem-viver-o-conceito-que-imagina-outros-mundos-possiveis-ja-se-espalha-pelas-nacoes.html>>.
- HERRERO, Francisco Javier. “A ética filosófica de Henrique Cláudio de Lima Vaz”, Belo Horizonte, *Síntese*, v. 30, n. 125, 2012.
- HADOT, Pierre. *A filosofia como maneira de viver: entrevistas de Jeannie Carlier e Arnold I. Davidson*. Tradução de Lara Christina de Malimpensa. São Paulo: É Realizações, 2016. 224 pp.
- KOLAKOWSKI, Leszek. *Main Currents of Marxism – Volume I*, W. W. Norton & Company, 1978.
- LIMA VAZ, Henrique Cláudio de. *Antropologia Filosófica – Volume I*, São Paulo, Edições Loyola, 7ª edição, 2004.
- _____. “Consciência e História” in *Ontologia e História*, S. Paulo, Edições Loyola, 2001b.
- _____. “Humanismo hoje: tradição e missão”, Belo Horizonte, *Síntese – Revista de Filosofia*, v. 28, n. 91, 2001.
- _____. *Introdução à ética filosófica 2 – Escritos de filosofia V*, São Paulo, Loyola, 2004.
- _____. “Marxismo e Ontologia” in *Ontologia e História*, S. Paulo, Edições Loyola, 2001a.
- _____. “Sobre as fontes filosóficas do pensamento de Karl Marx”, in CHASIN J. (org.) et alii – *Marx Hoje*, São Paulo, Editora e Livraria Escrita Ltda., 1983.
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe – Estudos sobre a dialética marxista*, São Paulo, Martins Fontes, 2003.
- MASSET, Pierre. *Pequeno dicionário do marxismo*, Porto, Editorial Nova, Coleção Situações, 1974.

PORMANN, Bruna Nery. *Filosofia como arte do bem viver: uma perspectiva aristotélica*, Porto Alegre, mimeo, PUC-RS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), 2017. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7516>>.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. “Contradições e tensões na sociedade do espetáculo: uma leitura do texto de Emiliano Aquino, Reificação e Linguagem em Guy Debord”, Fortaleza, *Revista de Filosofia Kalagatos*, UFCE, v. 5, n. 9, Inverno 2008.

VALVERDE, A. J. Romera. Ementa e referências bibliográficas da disciplina de “História da Filosofia I” do prof. Valverde, 2º semestre de 2015. Pós-Graduação de Filosofia PUC-SP.

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montañó
- N. 04 *Ermani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Kilpp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Edison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Krišchke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nisia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde* – Porto Alegre, RS – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 32 *Á meia luz: a emergência de uma Teologia Gay* – Seus dilemas e possibilidades – André Sidnei Muszkopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Airton Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Edison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadieu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 46 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brum
- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadieu
- N. 49 *Copêrnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evilázio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éliada Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais* – Thomas Kesseling
- N. 53 *Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Adriano Naves de Brito
- N. 54 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 55 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranckx
- N. 56 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 57 *O decrescimento como condição de uma sociedade convivial* – Serge Latouche
- N. 58 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 59 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 60 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 61 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 62 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman
- N. 63 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 64 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 65 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isaia
- N. 66 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 67 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck

- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista"* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Atílio Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Marilene Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana María Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valerio Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premebida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, temo e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul* – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerion Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yenti Delanhesi
- N. 114 *SBT, jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montaño
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel*
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leister
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: o caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins

- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greyce Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiová e guarani Te'yikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand and José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perrout Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimizações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsoto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente; solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Maniê Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMprARUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci
- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Domesles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho

- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ângelo Flach
- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Elul* – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi
- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D'Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odelso Schneider
- N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola
- N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação* – Alejandro Rosillo Martínez
- N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani
- N. 217 *A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger
- N. 218 *O ser humano na idade da técnica* – Humberto Galimberti
- N. 219 *A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre* – Halina Macedo Leal
- N. 220 *O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil* – José Eduard Franco
- N. 221 *Neurofuturos para sociedades de controle* – Timothy Lenoir
- N. 222 *O poder judiciário no Brasil* – Fábio Konder Comparato
- N. 223 *Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão* – Jesús Conill Sancho
- N. 224 *O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867)* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 *O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais* – Xavier Albó
- N. 226 *Justiça e perdão* – Xabier Etxeberria Maulon
- N. 227 *Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)* – Martín Almada
- N. 228 *A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo* – Sandro Chignola
- N. 229 *Um olhar biopolítico sobre a bioética* – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 *Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil* – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 *Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida* – Jesús Conill Sancho
- N. 232 *Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul* – Dircou Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 *Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança* – Elsa Cristine Bevilan
- N. 234 *O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira* – Róber Ilurriet Avila e João Batista Santos Conceição
- N. 235 *Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945)* – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 *Economias Biopolíticas da Dívida* – Michael A. Peters
- N. 237 *Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provocação* – Halina Macedo Leal
- N. 238 *O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global?* – Leandro Inácio Walter
- N. 239 *Brasil: A dialética da dissimulação* – Fábio Konder Comparato
- N. 240 *O irrepresentável* – Homero Santiago
- N. 241 *O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno* – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 242 *Uma crise de sentido, ou seja, de direção* – Stefano Zamagni
- N. 243 *Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão* – Dirce Koga
- N. 244 *A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal* – Alexandre Fioridi de Carvalho
- N. 245 *Esquecer o neoliberalismo: aceleracionismo como terceiro espírito do capitalismo* – Moysés da Fountoura Pinto Neto
- N. 246 *O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo* – Andrea Fumagalli
- N. 247 *Educação, indivíduo e biopolítica: A crise do governo* – Dora Lília Marin-Díaz
- N. 248 *Reinvenção do espaço público e político: o individualismo atual e a possibilidade de uma democracia* – Roberto Romano
- N. 249 *Jesuítas em campo: a Companhia de Jesus e a questão agrária no tempo do CLACIAS (1966-1980)* – Iraneudson Santos Costa
- N. 250 *A Liberdade Viglada: Sobre Privacidade, Anonimato e Vigilantismo com a Internet* – Pedro Antonio Dourado de Rezende
- N. 251 *Políticas Públicas, Capitalismo Contemporâneo e os horizontes de uma Democracia Estrangeira* – Francini Lube Guizardi
- N. 252 *A Justiça, Verdade e Memória: Comissão Estadual da Verdade* – Carlos Frederico Guazzelli
- N. 253 *Reflexões sobre os espaços urbanos contemporâneos: quais as nossas cidades?* – Vinícius Nicastro Honesko
- N. 254 *Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva* – Jean-Bosco Kokozi Kashindi
- N. 255 *Mobilização e ocupações dos espaços físicos e virtuais: possibilidades e limites da reinvenção da política nas metrópoles* – Marcelo Castañeda
- N. 256 *Indicadores de Bem-Estar Humano para Povos Tradicionais: O caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia Brasileira* – Luiz Felipe Barbosa Lacerda e Luis Eduardo Acosta Muñoz
- N. 257 *Cerrado. O laboratório antropológico ameaçado pela desterritorialização* – Altair Sales Barbosa
- N. 258 *O impensado como potência e a desativação das máquinas de poder* – Rodrigo Karmy Bolton
- N. 259 *Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical?* – Moysés Pinto Neto
- N. 260 *Itinerários versados: redes e identificações nas periferias de Porto Alegre?* – Leandro Rogério Pinheiro
- N. 261 *Fugindo para a frente: limites da reinvenção da política no Brasil contemporâneo* – Henrique Costa
- N. 262 *As sociabilidades virtuais globalizadas na metrópole: experiências do ativismo cibernético do grupo Direitos Urbanos no Recife* – Breno Augusto Souto Maior Fontes e Davi Barboza Cavalcanti
- N. 263 *Seis hipóteses para ler a conjuntura brasileira* – Sauro Bellezza
- N. 264 *Saúde e igualdade: a relevância do Sistema Único de Saúde (SUS)* – Stela N. Meneghel
- N. 265 *Economia política aristotélica: cuidando da casa, cuidando do comum* – Armando de Melo Lisboa
- N. 266 *Contribuições da teoria biopolítica para a reflexão sobre os direitos humanos* – Aline Albuquerque
- N. 267 *O que resta da ditadura? Estado democrático de direito e exceção no Brasil* – Giuseppe Tosi
- N. 268 *Contato e improvisação: O que pode querer dizer autonomia?* – Alana Moraes de Souza
- N. 269 *A perversão da política moderna: a apropriação de conceitos teológicos pela máquina governamental do Ocidente* – Osiel Lourenço de Carvalho
- N. 270 *O campo de concentração: Um marco para a (bio) política moderna* – Viviane Zarembski Braga
- N. 271 *O que caminhar humana sobre o bem-vida?* Thoreau e o apelo da natureza – Flavio Williges
- N. 272 *Interfaces da morte no imaginário da cultura popular mexicana* – Rafael Lopez Villaseñor
- N. 273 *Poder, persuasão e novos domínios da(s) identidade(s) diante do(s) fundamentalismo(s) religioso(s) na contemporaneidade brasileira* – Celso Gabatz
- N. 274 *Tarefa da esquerda permanece a mesma: barrar o caráter predatório automático do capitalismo* – Acaaim Oliveira
- N. 275 *Tendências econômicas do mundo contemporâneo* – Alessandra Smerilli



Atilio Machado Peppe. Doutorando do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, SP, Brasil; bolsista de Bolsa CAPES. Graduado em Filosofia na Faculdade dos Jesuítas RJ, graduado em Economia na PUC-SP e mestre de Ciência Política pela USP. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) em exercício na SRTE-SP.

Algumas publicações do autor

PEPPE, Atilio Machado. Ética e política: encontro possível e necessário. *Annales FAJE*, São Paulo. 2, p. 55-65, 2017.

_____. Políticas públicas de trabalho e renda e pactuação federativa no Brasil. *Revista de Políticas Públicas e Gestão Governamental*, São Paulo, v. 5, n.1, p. 11-33, 2006.

_____. Construção da política pública de reinserção social do adolescente em conflito com a lei. *Revista de Políticas Públicas e Gestão Governamental*, São Paulo, v. 1, n.1, p. 87-100, 2002.

_____. Constituinte e participação popular. Síntese - *Revista de Filosofia*, São Paulo, v. 14, 39, p. 37-62, 1987.



UNISINOS